



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)


# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **10 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 12 de setembro de 2011

<b>VALOR ECONÔMICO</b> Regras para ZPEs podem ser flexibilizadas .....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Orientação da Receita limita créditos da Cofins.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Arrecadação de ICMS arrefece na indústria.....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Banco Central quis evitar overdose na desaceleração Política monetária - Tombini justifica corte inesperado da Selic pela piora externa e nega pressão política .....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Mantega é o homem forte do governo Dilma Governo Ministro é o único a falar em nome da presidente, com quem conversa várias vezes ao dia.....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Embrapa da indústria começa com R\$ 30 milhões Inovação Empresa já firmou três convênio - em SP, no Rio e na Bahia.....	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ASSESSORIA SUFRAMA</b> SUFRAMA comemora decisão do Governo Federal de aumentar Imposto de Importação para produtos fabricados no PIM.....	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ASSESSORIA MDIC</b> Setembro acumula superávit de US\$ 1,3 bilhão.....	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Legislação comercial brasileira será blindada.....	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b> "A nova conjuntura nacional, regional, e internacional - desafios para o modelo Zona Franca de Manaus" .....	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>VALOR ECONÔMICO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Regras para ZPEs podem ser flexibilizadas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Congresso Proposta foi encomendada pelo conselho que examina e aprova projetos para os distritos exportadores**

**Raquel Ulhôa**

O debate sobre a necessidade de o Brasil aumentar suas exportações, principalmente de produtos de maior valor agregado, tem estimulado a discussão sobre a flexibilização das exigências de implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) - mecanismo concebido exatamente para fomentar esse tipo de operação, segundo seus defensores. O assunto mobiliza especialmente parlamentares e governadores de Estados das regiões Norte e Nordeste.

A pedido do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel - que preside o Conselho Nacional das ZPE (CZPE), órgão do governo que examina e aprova os projetos para esses distritos -, a Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (Abrazpe) preparou uma proposta de revisão da Lei das ZPEs (11.508/2007).

A minuta ainda não foi encaminhada ao governo. No Congresso, surgem alternativas e cresce a pressão para que as regras sejam mudadas, para tornar mais atrativa a operação de indústrias nesses distritos.

A principal sugestão da Abrazpe tem apoio entre os parlamentares e já foi defendida publicamente no Senado, em audiências públicas, pelo próprio PIMentel e pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, também já deu sinais favoráveis - todos integram o CZPE.

Trata-se da redução de 80% para 60% do percentual mínimo que as empresas instaladas em ZPE têm de exportar. Ou, dizendo de forma diferente: o aumento de 20% para 40% do percentual que pode ser comercializado internamente.

PIMentel disse, em agosto, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que quase nenhuma empresa brasileira consegue exportar 80% de sua produção e que a manutenção dessa exigência "inviabiliza" o funcionamento dessas áreas de

livre comércio, em que as empresas nelas instaladas operam com benefícios fiscais e cambiais.

Outra proposta da associação é que empresas voltadas para a produção de serviços - não só de bens, como a lei prevê - possam se instalar nesses distritos industriais. O objetivo é beneficiar o setor de Tecnologia de Informação.

Para tentar viabilizar a implantação imediata de empresas com projetos já aprovados, a Abrazpe propõe que o Poder Executivo examine a situação daquelas que necessitem adquirir, no mercado interno ou importar, máquinas e equipamentos antes de ser realizado o alfandegamento da área (determinação do espaço real destinado a abrir as empresas dentro da ZPE), concedido pela Receita Federal.

Uma mudança sugerida pela Abrazpe visa permitir que os chamados "epcistas" (grandes empresas construtoras contratadas para fazer o projeto de engenharia, comprar e instalar os equipamentos e entregar o empreendimento pronto para a empresa que irá operar de fato) possam importar ou adquirir no mercado interno bens e serviços com os mesmos benefícios tributários das empresas autorizadas a operar em ZPE, quando forem construir nesses distritos.

A associação também quer mudar a lei para permitir a instalação em ZPE de empresa fornecedora para a construção de navios e plataformas submarinas cuja produção é destinada a empresa sediada no exterior, sem que o produto saia do território nacional (operação chamada de "exportação ficta").

Na proposta de alteração da lei, é excluído o dispositivo que proíbe empresa instalada em ZPE de participar de outra pessoa jurídica localizada fora desses distritos. Também acaba com a proibição de empresa instalada em ZPE receber outros incentivos ou benefícios, previstos em outras legislação.

A associação também quer excluir do artigo 1º da lei a restrição de criação dessas áreas de livre comércio com o exterior "nas regiões menos desenvolvidas". Argumentam que já está contemplada, no texto, a finalidade da ZPE de reduzir desequilíbrios regionais.

Com a crise econômica e a necessidade de **exportar**, para compensar a queda de consumo doméstico e aumento de desemprego, o presidente da Abrazpe, Helson Braga, afirma que é hora de utilizar todos os instrumentos disponíveis. "Especialmente aqueles concebidos exatamente para essa finalidade, como são as ZPEs. E uma análise superficial da legislação mostra que existem vários pontos que poderiam ser facilmente aperfeiçoados, aumentando o potencial das ZPEs", diz ele.

Segundo Braga, esses pontos críticos já eram percebidos à época da aprovação da lei, em 2007, mas a ideia era aguardar o funcionamento de várias ZPEs antes de voltar à carga para mudar a legislação. A crise econômica precipitou o debate. Ele elogia **PIM**entel pela "lucidez e coragem em assumir a liderança desse processo de mudança".

Após a fala do ministro na CAE, o senador Jorge Viana (PT-AC) apresentou projeto reduzindo o limite de **exportação** para as empresas operando em ZPE localizada em área de fronteira. Recebeu vários apoios. "Tem um apelo grande no Senado e um sinal mais que verde do governo para flexibilizar algumas regras e facilitar a instalação de ZPEs", disse. Ex-governador, ele é irmão do atual chefe do Executivo do Acre, Tião Viana.

O ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva criou a ZPE do Acre em julho de 2010. Há empresas se organizando para a instalação, segundo Viana, mas "a atual legislação dificulta a implantação". Ele diz que as ZPEs foram criadas com foco para o **mercado** internacional, mas agora, com o **mercado**

brasileiro sendo "um dos mais atrativos do mundo", é hora de rever a exigência de **exportação** de 80% da **produção**. Especialmente nas fronteiras, diz ele, "onde não haverá concorrência desleal" com a indústria nacional.

Há 23 autorizações de criação de ZPEs no país: 13 pelo ex-presidente José Sarney, quatro por Itamar Franco, cinco por **Lula** e uma pela presidente Dilma Rousseff (Fernandópolis, em SP). Quatro já construíram as infraestruturas: Imituba/SC, Teófilo Otoni/MG, Rio Grande/RS e Araguaína/TO. Estas foram construídas na década de 90, quando as regras da Receita Federal eram diferentes, por isso, estão passando por fase de readequação das infraestruturas. A Abrazpe pretende inaugurá-las ainda este ano.

Segundo Braga, já há várias empresas interessadas em se instalar em ZPE, inclusive siderúrgicas e refinarias de alumina, "na casa de alguns bilhões de **dólares**", e dezenas de empresas menores, "mesmo com as regras draconianas que temos atualmente".

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Orientação da Receita limita créditos da Cofins</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Zínia Baeta**

**Uma solução de divergência da Receita Federal, publicada no dia 22 de agosto, tem gerado debates acalorados entre tributaristas. A solução em questão é a de número 21 e traz em sua ementa o entendimento de que os créditos do PIS e da Cofins, no regime da não cumulatividade, teriam cinco anos para ser utilizados pelo contribuinte. Após esse período, estariam prescritos.**

Para delimitar esse prazo, a Receita recorreu ao Decreto nº 20.910, de 1932, assinado por Getúlio Vargas. A norma, dentre outros pontos, estabelece o prazo quinquenal para a cobrança de dívidas da União, Estados e municípios.

Apesar do entendimento da Receita, válido como orientação para todos os contribuintes, advogados avaliam que a interpretação não pode prevalecer, pois não há previsão legal que a autorize. A medida afetaria principalmente as empresas que possuem créditos acumulados e não conseguem utilizá-los no longo prazo.

Pela sistemática da não cumulatividade, as companhias com faturamento anual superior a R\$ 48 milhões (lucro real) podem usar créditos das contribuições, gerados a partir dos insumos empregados na **produção**. Com isso, os contribuintes reduzem o montante a ser pago de PIS e Cofins com o abatimento, no cálculo das contribuições, desses créditos. Quando a empresa possui mais crédito do que débito, a diferença é acumulada para ser utilizada nos meses seguintes.

O advogado Rogério Ramires, do Loddi e Ramires Advogados, entende que não há suporte em lei para esse prazo e que a interpretação prejudicaria quem tem créditos

acumulados. "Para o Fisco controlar a data de cada crédito teria que aumentar ainda mais a burocracia para as empresas", diz.

O tributarista Edmundo de Medeiros, do Menezes Advogados, entende que não é correto falar da prescrição de créditos, pois as próprias leis das contribuições impedem os contribuintes de utilizá-los. Segundo ele, as empresas só podem usá-los para pagar PIS e Cofins. Se acumula, o contribuinte não tem opção a não ser compensar quando possível. "Não pode existir prescrição para um direito que não é exercido porque há um limitador legal que prevê apenas o lançamento em conta gráfica", afirma.

O advogado tributarista Luís Eduardo Schoueri, do escritório Lacaz Martins Advogados, entende que, como a situação não trata de repetição de indébito (pedido de restituição do que foi recolhido a mais) - cujo prazo é estabelecido pelo Código Tributário Nacional (CTN) -, a Receita Federal utilizou o decreto de 1932. Ele considera que não é possível equiparar a sistemática da apuração de créditos de impostos como o IPI e o **ICMS** ao sistema do PIS e da Cofins. No caso dos impostos, afirma, a base é de imposto para imposto. Já as contribuições seriam "base a base". Ou seja, calcula-se o crédito aplicando a alíquota do PIS e da Cofins sobre o valor do insumo. "É irrelevante o montante pago na operação anterior", diz.

No caso das contribuições, portanto, Schoueri entende que o termo crédito é usado impropriamente. "Se não tenho crédito não cabe falar em direito creditório", afirma. Procurada pelo Valor, a Receita Federal não retornou à reportagem.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Arrecadação de <u>ICMS</u> arrefece na indústria</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Marta Watanabe | De São Paulo

A desaceleração da produção industrial começa a mostrar seus efeitos na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em São Paulo e no Amazonas, a indústria apresentou nos primeiros meses do ano evolução de arrecadação do imposto abaixo da média.

Em São Paulo, a arrecadação do imposto pela indústria caiu em termos reais 2,9% em junho na comparação com o mesmo mês do ano passado. Em julho também houve recuo de 1,7%, levando em conta atualização pelo IPCA. No acumulado de janeiro a julho, a arrecadação da indústria cresceu apenas 0,8% na comparação com o mesmo período do ano passado, bem abaixo dos 3,9% de crescimento da arrecadação total nos primeiros sete meses do ano. O que vem compensando a receita de São Paulo é o recolhimento do comércio e serviços, que cresceu 5,2% no mesmo período. Preços administrados também puxaram, com alta de 7,1%.

O secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, diz que por enquanto o menor crescimento da arrecadação da indústria tem sido compensado pelo imposto sobre importações. De janeiro a julho o ICMS sobre importação teve alta real de 5,3%. Para o secretário, a desaceleração da indústria está fortemente ligada ao ritmo vigoroso dos desembarques. "O problema é que há em curso uma desindustrialização e a desverticalização das cadeias produtivas." Entre os setores industriais importantes que tiveram desempenho mais fraco de arrecadação em São Paulo estão o metalúrgico, com queda real de 5,3% no acumulado até julho, e o de produtos químicos, que apresentou redução de 4,3%.

No Estado do Amazonas, a arrecadação da indústria de janeiro a agosto não só teve crescimento menor que a média como teve queda nominal de 6,4%. A arrecadação total de ICMS do Estado aumentou 5,97%.

Gilson Nogueira, diretor do departamento de arrecadação da Fazenda amazonense, explica que o

recolhimento local de ICMS classificado no setor industrial é influenciado pela Petrobras e por produtoras independentes de energia. Extraindo essas rubricas é possível verificar o desempenho da arrecadação gerada no polo industrial de Manaus.


Segundo Nogueira, a média de recolhimento das empresas do polo de Manaus, relativamente à entrada de insumos estrangeiros, saiu de uma média de R\$ 53,5 milhões mensais em 2009, para R\$ 113 milhões em 2010. No acumulado até agosto, porém, a média caiu para R\$ 100,3 milhões. O diretor explica que a arrecadação sobre insumos reflete o nível de produção industrial, revelando queda ou estabilidade em relação a 2010, dependendo do segmento.

Nogueira lembra que no ano passado fatores externos favoreceram a elevação da produção em Manaus. Ele destaca a Copa do Mundo, que alavancou a produção de televisores e outros eletroeletrônicos montados na Zona Franca de Manaus.

Outro fator que resulta na queda da arrecadação da indústria, diz o diretor, é a flutuação do dólar. A valorização do real frente ao dólar, diz, tem contribuído para reduzir a base para o cálculo do ICMS nos insumos importados.

Nem todos os Estados, porém, apontam para a desaceleração na arrecadação do ICMS das indústrias. De acordo com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Estados como Minas Gerais e Bahia ainda têm no setor secundário um ritmo de crescimento de arrecadação do imposto maior que o do total da arrecadação. Amir Khair, especialista em contas públicas, lembra que o perfil industrial dos Estados é diverso, o que pode explicar a diferença de comportamento. "Em Manaus, diz, há uma indústria de produtos com alto valor agregado, com a montagem de eletroeletrônicos. Em São Paulo, há uma indústria bem diversificada. Na Bahia, é provável que haja uma influência maior do setor petroquímico."

Em Minas Gerais, o crescimento do **ICMS** de janeiro a julho no setor industrial foi puxado principalmente pela **produção** de combustíveis, que cresceu 14,3%, segundo dados da Fazenda mineira. O segmento significa 32% da arrecadação total do imposto.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Banco Central quis evitar overdose na desaceleração Política monetária - Tombini justifica corte inesperado da Selic pela piora externa e nega pressão política</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Claudia Safatle

Em entrevista ao Valor concedida na sexta-feira, pouco antes de embarcar para a reunião do Comitê da Basileia, na Suíça, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, explicou as razões para o corte de 0,5 ponto percentual na taxa Selic: a deterioração do quadro internacional, com um rebaixamento geral do crescimento nas economias centrais, coincide com o processo de moderação do crescimento da economia brasileira. Manter os juros inalterados representaria uma "overdose" de desaceleração. Seguro da decisão tomada, a despeito das críticas do **mercado**, ele negou que o Copom tenha sido pressionado pela presidente Dilma Rousseff e que o BC tenha abandonado o regime de metas para a inflação. A seguir, a entrevista:

Valor: Em julho o Copom aumentou a Selic em 0,5 ponto percentual e em agosto cortou a taxa em valor equivalente. Por que a mudança?

Alexandre Tombini: Em julho já tínhamos em mente que se o cenário internacional piorasse, teríamos que sentar e revisar a estratégia. E ele mudou. Primeiro, houve a constatação de que a economia americana vai crescer muito menos do que se esperava. No início do ano as projeções indicavam crescimento de 3,5% a 4%. Em julho, as expectativas eram de um crescimento de 2,5% e hoje fala-se em 1,6%. No dia 9 de agosto, o Federal Reserve decidiu postergar por pelo menos um ano o início do ajuste monetário, que passou do segundo semestre de 2012 para, no mínimo, o segundo semestre de 2013. O Banco Central Europeu começou a indicar que poderia mudar de estratégia. O presidente do BCE (Jean Claude Trichet), anunciou, na semana passada, que não vai subir os juros.

Valor: Em dois momentos o **mercado** ficou tenso com as decisões do Copom. Em março, quando esperava alta de 0,75 na Selic e o comitê deu 0,5 ponto. E na última reunião, quando reduziu o juro em 0,5 ponto percentual. O que leva o BC a estar tão seguro das suas decisões?

"O desequilíbrio fiscal está na origem dessa crise. Essa é a rebordosa, a ressaca fiscal de 2008/2009. As dívidas subiram"

Tombini: O BC fez dois ajustes de 0,50 pontos em janeiro e março e depois mais três de 0,25, elevando a taxa em 1,75 ponto para desacelerar o crescimento da economia, alinhar oferta e a demanda e trazer a inflação de volta à meta. Nos primeiros três meses, tínhamos uma inflação acumulada de 2,4% e, para conduzi-la para o centro da meta de 4,5%, teríamos que ter um IPCA de 2% acumulado em nove meses. Isso não fazia sentido. Demos um novo horizonte para o **mercado**, levando a meta de 4,5% para 2012,, reduzimos o aperto de 0,50 para 0,25 e colocamos a ideia de que faríamos isso por um período suficientemente prolongado para chegar à convergência em 2012.

Valor: Já havia, aí, o risco da crise externa?

Tombini: Durante esse período enfatizamos a complexidade do cenário internacional, que exigia esforço analítico dobrado. Havia um conjunto de choques extraordinário, mas os **mercados** estavam descontando esses choques por causa da grande liquidez. Descontou a primavera árabe, o terremoto, seguido do tsunami e do acidente nuclear no Japão e a piora das dívidas soberanas na Europa.

Valor: Houve uma tréguia?

Tombini: Em abril, as coisas melhoraram. Comunicamos que a inflação mensal cairia, pela sazonalidade, para níveis compatíveis com o centro da meta. O **mercado** se adiantou e passou a prever até uma deflação no IPCA. Nunca previmos deflação no IPCA. Tínhamos em mente uma evolução de 0,10%, 0,20% e 0,30% entre junho e agosto. Deu 0,15%, 0,16% e 0,37%. Ou seja, 0,7 a mais do que prevíamos no início de junho. Comunicamos que o pico da taxa de inflação de 12 meses seria em agosto/setembro e depois disso a taxa começaria a retroceder. O que se espera é uma redução de 1,8 a 2 pontos percentuais entre outubro e abril/maio.

Valor: Por que esse recuo?



Tombini: Não esperamos a puxada nos preços das commodities como em 2010 e a economia brasileira já está desacelerando. E há o efeito base, porque a inflação na média, entre outubro e abril, foi de 0,8% ao mês e agora será menor.

"O plano de voo era moderar o crescimento. Em cima disso, agora, você adiciona a deterioração internacional"

Valor: Foram as notícias do exterior, então, que pesaram no corte de 0,5 ponto em agosto?

Tombini: Mudou o cenário. Houve revisão do crescimento na área do euro e nos Estados Unidos. No Japão, espera-se uma contração maior. Julho explicitou, por um lado, a vontade das lideranças europeias de resolver os problemas, mas, enfim, a implementação é tudo. Tivemos uma conferência telefônica em meados de julho - dos presidentes de bancos centrais - e finalmente houve aquela reunião de cúpula em que acertaram a ampliação do escopo de atuação do fundo de estabilização europeu. Ótimo, mas ficou claro que a implementação seria difícil. São 17 congressos... E houve, ainda, toda a discussão interna sobre o teto da dívida nos Estados Unidos, que também explicitou os problemas lá.

Valor: Enquanto isso, a economia doméstica já estava desacelerando. Poderia haver uma overdose no freio?

Tombini: Os dados do segundo trimestre mostram que começamos a desacelerar. O **PIB** foi de 0,8%. O plano de voo era moderar o crescimento. Em cima disso, agora, você adiciona a deterioração internacional.

Valor: Mas até agora só a indústria desaqueceu. O setor de serviços e o **mercado** de trabalho continuam bem aquecidos, não?

Tombini: Não é só a indústria. Os serviços e o **mercado** de trabalho ainda estão dinâmicos mas, na margem, está se criando menos empregos que no primeiro semestre de 2008 e de 2010. Esses são os últimos setores da economia a sentir o desaquecimento, mas o setor de serviços não vai ficar sozinho. O crédito também desacelera. O estoque ainda cresce 19%, mas as novas concessões têm retração.

Valor: As medidas para conter a expansão de crédito tiveram algum efeito, mas depois ele voltou a crescer. Não seria preciso adotar novas medidas?

Tombini: O BC nunca abre mão das suas prerrogativas e medidas.

Valor: Os bancos públicos não estão expandindo demais?

Tombini: O **BNDES** tem dado uma moderada. A Caixa tem o crédito imobiliário que estamos olhando com cuidado. Mas, concluindo, os índices de confiança tanto do consumidor quanto do empresário têm caído. E o nível de utilização da capacidade ociosa na indústria tem recuado de forma significativa. É um fenômeno mundial. Há uma sincronização de queda da **produção**, numa virada recente.

Valor: O que significa essa piora em números? A ata do Copom menciona que esta crise pode corresponder, em seus efeitos sobre o país, a 25% do que ocorreu em 2008/2009.

Tombini: Em 2008/2009 houve uma contração de 5 pontos percentuais do **PIB**. Um quarto disso daria 1,25 ponto percentual de perda de produto agora.

Valor: E na inflação, qual seria o impacto de um menor crescimento?

Tombini: O que sabemos é que já havíamos encomendado a desaceleração. Comunicamos que os efeitos das políticas monetária e fiscal seriam mais sentidos no segundo semestre. O crescimento no terceiro trimestre vai ser menor do que o 0,8% do segundo trimestre e começaremos 2012 com um carregamento bem baixo. Junta-se a isso uma virada no cenário internacional. O movimento do Copom foi para neutralizar esse adicional de desaceleração.

Valor: Pode haver uma forte desvalorização do real ante o **dólar**?

Tombini: Após reunião do Copom o real já se desvalorizou 4,19%. [Tombini pega uma tabela com as principais moedas e mostra que o euro se desvalorizou mais, 4,52%, a lira turca, 4,57% e o franco suíço, 8,74%].

Valor: Se houver uma desvalorização **importante** da moeda, o quanto o repasse do câmbio pode prejudicar a meta de inflação?

Tombini: O repasse ("pass through") é muito menor do que já foi. Hoje é baixo, é cerca de 3% no curto e de até 8% no longo prazo. Mas depende porque desvalorizações bruscas, em geral, vêm acompanhadas de outras coisas. Obviamente se houver um "overshooting", o **mercado** vai ficar disfuncional. Em 2009 o câmbio foi de R\$ 1,55 para R\$ 2,50 e, ao mesmo tempo, a inflação caiu de 5,90% para 4,30%. Nesse período, baixamos os juros e expandimos o fiscal. Mas não vai haver overshooting no câmbio se não houver outras condições que também afetem a inflação. Só estou lembrando que o efeito líquido em 2009 foi desinflacionário porque o movimento foi acompanhado de uma parada da **produção** industrial e de contração do **PIB**.

Valor: Isso pode voltar a ocorrer?

Tombini: Não estamos apostando em catástrofe. Estamos apostando numa desaceleração do crescimento internacional e numa crise mais prolongada do que em 2008. Basta olhar os governos ao redor do mundo. Está quase todo mundo com juros negativos ou juro real muito pequeno. No Brasil, os juros são de 12% para uma inflação que está no pico de 7,23%. Faz quem pode.

Valor: Mas a inflação de serviços está alta, a renda cresce e o **mercado** de trabalho está aquecido. Não é um risco para a meta em 2012?

Tombini: O **mercado** de trabalho cresce menos. O crescimento da renda também tem a ver com o fato de que tivemos inflação baixa em junho e julho e, portanto, ela foi deflacionada por índices mais baixos.

Valor: Para cumprir a meta de inflação seria suficiente um desaquecimento do **mercado** de trabalho ou teria que haver desemprego?

Tombini: No horizonte que estamos trabalhando, desaceleração é suficiente.

Valor: E serviços será o último setor a sentir a desaceleração?

Tombini: A desaceleração da indústria bate no chão de fábrica que é vinculado ao setor de serviços. Ele vai sentir a desaceleração.

Valor: O BC conta com uma queda nos preços das commodities?

Tombini: A conta é que elas não sobem. Não contamos com queda de preços.

Valor: Os críticos, sobretudo após a última reunião do Copom, dizem que o BC abandonou o regime de metas para a inflação e agora persegue três objetivos - inflação, crescimento e taxa de câmbio.

Tombini: Nossa meta é uma só, de inflação. Em relação ao câmbio já falei várias vezes, desde de janeiro, que o câmbio não refletia só os fundamentos, mas também a situação extraordinária de liquidez no mundo. Então é válido o que fizemos, que foi tirar a capacidade do mundo se alavancar contra o **dólar** no Brasil. Reduzimos as posições vendidas que o **mercado** tinha de US\$ 17 bilhões. Em julho baixamos o limite para US\$ 1 bilhão e hoje é menor. Se dá um choque, um evento internacional, reverter uma posição de US\$ 17 bilhões para um **mercado** que gira em torno de US\$ 2 bilhões ao dia, daria um estresse como quando a taxa de

câmbio passou de R\$ 1,55 para R\$ 2,50. Trabalhamos para reduzir a probabilidade de que isso ocorra e acho que tivemos sucesso. Tivemos momentos de estresse e nosso câmbio, agora, mexeu pouco. Se não tivéssemos adotado medidas quando a posição vendida era de US\$ 17 bilhões, hoje ela estaria em US\$ 30 bilhões.

Valor: E os reajustes salariais preocupam?

Tombini: O governo tem segurado os aumentos no setor público e há uma moderação nos dissídios do setor privado. De janeiro a julho, foram 398 convenções coletivas. A média dos reajustes começou com 8,60% em janeiro e caiu para 7,14% em abril. Em maio houve uma subida para 8,24% que depois caiu para 7,78% em junho e para 7,45% em julho. Não é um quadro de aceleração.

Valor: Outra crítica que se faz é que o Copom, ao cortar a Selic se fiou numa política fiscal que o governo ainda não definiu qual é. A única indicação para 2012, até agora, foi a do projeto de lei do orçamento, que não deu um bom sinal.

Tombini: Nossa hipótese de trabalho é de um superávit primário do setor público "cheio" de 3,1% do **PIB** de 2012 a 2014. Isso é suficiente.

Valor: Há quem diga, no **mercado**, que o BC está caminhando para o modelo turco - de menor preocupação com a inflação. Há, ainda, muitas dúvidas sobre o compromisso do BC. Isso lhe incomoda?

Tombini: Para aqueles que ainda não entenderam, vai haver um entendimento da estratégia. Estamos num processo de moderação do crescimento, que já estava encomendado. Adiciona-se a isso uma deterioração do cenário internacional de forma **importante** nos últimos 40 dias. Isso nos leva a uma trajetória de inflação de queda em busca da meta. Nós estamos, agora, exatamente na posição de março, quando sinalizamos a meta de 4,5% para 2012. A Turquia está com taxa de juros de 6,50% e inflação de 6,65%. Onde nós estamos? Com taxa de juros de 12% e inflação de 7,23%, que é pico, tendendo a 5% nos próximos sete meses.

Valor: Há interferência da presidente da República no BC?

Tombini: Não. Com a presidenta discutimos cenários.

Valor: É **importante** o presidente do Banco Central conversar com o ministro da Fazenda, com o restante do governo?

Tombini: O Brasil sempre foi criticado porque o "mix" da política econômica era um pé no freio e outro no acelerador. O que você está vendo desde o agravamento da crise externa? Que o desequilíbrio fiscal está na origem dessa crise. Essa é a rebordosa, a ressaca fiscal de 2008/2009. As dívidas subiram de pouco mais de 60% do PIB para 100% do PIB só nos Estados Unidos.

Valor: E nos outros países também.

Tombini: Tem o trabalho do Kenneth Rogoff e da Carmen Reinhart sobre o crescimento da relação dívida/PIB de, na média, mais de 100% nos países da OCDE. Se há uma coisa que nos diferencia hoje é a nossa situação fiscal bem arrumada, da qual não podemos abrir mão. Nós ajustamos a política de juros agora por que já vínhamos com uma desaceleração que dava sinais de intensificação no segundo semestre. Aí vem o agravamento da crise. O CDS (preço do seguro da dívida soberana) está indicando 90% de possibilidade de default da Grécia. Não estamos contando com isso. Estamos contando com uma revisão do crescimento, com adiamento da normalização das condições monetárias nos EUA e Europa, agora, se vem um troço desses....

Valor: Parece que há dificuldade em concretizar o socorro à Grécia.

Tombini: A adesão ao "swap" está aquém do que se esperava nesse momento. Está difícil. A projeção de contração do PIB da Grécia foi revisada de menos 3% para menos 5% do PIB. Há a percepção de que mesmo ajustando para uma contração maior o país está entregando menos fiscal do que era exigido.

Valor: Em que momento ficou claro para o governo que era preciso mudar o mix, o peso, na política econômica do Brasil?

Tombini: As discussões já vinham lá de trás. Se algum dia quisermos ter uma taxa de juros mais próxima do mundo normal, o governo, através da política fiscal, tem que abrir espaço para o resto da economia. Era uma discussão de mais longo prazo. Por outro lado, há a percepção clara de que a nova onda da crise de 2008 tem origem na deterioração do quadro fiscal nesses países. Então, se a crise piora nós não vamos usar a alavanca fiscal (como foi feito em 2008/2009).

Valor: Dizem que o senhor combinou com o ministro Guido Mantega que se ele aumentasse o esforço fiscal no ano em R\$ 10 bilhões o Copom reduzira os juros. É assim que funciona?

Tombini: Não é assim que funciona. Uma política fiscal mais forte ajuda o nosso trabalho, moderação no crédito também ajuda. Se há alguém no governo discutindo o aumento da tarifa de importação de um preço que vai pressionar a inflação aqui, eu vou conversar com o governo. A política monetária está vinculada a um objetivo de governo, que é a meta de inflação. Então não é faz isso que eu faço aquilo, porque a política do BC é levar a inflação para os objetivos do governo, fixados pelo Conselho Monetário Nacional. Tudo o que eu vejo aqui que pode bater na inflação, e que não está no meu alcance resolver, eu vou conversar com o governo, como, aliás, sempre se fez.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mantega é o homem forte do governo Dilma Governo Ministro é o único a falar em nome da presidente, com quem conversa várias vezes ao dia</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Cristiano Romero

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, chegou ao topo. É o único ministro autorizado a falar em nome da presidente Dilma Rousseff. Tornou-se, nos últimos três meses, o grande protagonista de um governo sem ministros fortes. Fala várias vezes por dia com Dilma. Quando pouco, tem duas conversas diárias com ela.

"Ele é, sem dúvida, o homem mais forte do governo", diz o ex-ministro Delfim Netto, um interlocutor frequente tanto da presidente quanto de Mantega. "Ele mudou de patamar", atesta um colega de **Ministério**.

Essa mudança tem relação direta com a correção de rumo promovida pelo governo, há cerca de um mês, na política econômica. Por causa do recrudescimento da crise financeira nas economias centrais, a presidente Dilma decidiu mudar o mix dessa política. A estratégia passou a ser aumentar o esforço fiscal e, assim, criar condições para o Banco Central (BC) reduzir a taxa de juros, ainda a maior do planeta.

Nesse modelo, em que o governo é obrigado a conter a evolução dos gastos públicos, contra a vontade dos outros Poderes, do funcionalismo público e dos partidos que apoiam a presidente no Congresso, não há espaço para ministro da Fazenda fraco. É por isso que hoje, quando Guido Mantega fala, todos sabem que ele o faz em nome de Dilma.

Atual prestígio lhe dá o direito de exigir que reuniões, até com ministros palacianos, sejam em seu gabinete

Na nova fase, o ministro teve que mudar sua política de comunicação. No governo de Luiz Inácio **Lula** da Silva, gostava, por exemplo, de dar entrevistas e fazer pronunciamentos na portaria do edifício-sede do **Ministério** da Fazenda, em Brasília. Expressava opiniões pessoais e, muitas vezes, era logo desautorizado pelo Palácio do Planalto. Com Dilma, submeteu-se a um novo ritual.

A presidente tem pavor de improvisos. E não tolera divergências públicas. Mantega é considerado agora, não sem alguma ironia, um "grande comunicador". Não diz nada que não tenha sido acertado antes com Dilma. Definitivamente, não

verbaliza o que pensa, mas antes o que combinou com a presidente.

O novo papel inflou o ministro. Ele goza de tanto prestígio que já se dá o direito a dois tipos de capricho: exigir a realização de reuniões sempre em seu gabinete, em vez de no Palácio do Planalto, mesmo com ministros que trabalham na Presidência da República; e não participar de certas solenidades, como a parada cívica do 7 de setembro.

Pessoas próximas dizem que Mantega faz isso não por vaidade, mas para impor respeito e obediência a uma hierarquia criada, na prática, pela presidente Dilma, que optou por consagrá-lo como o principal ministro do governo. A diferença entre essa explicação e a vaidade implícita do gesto de não se "submeter" a reuniões em outros gabinetes que não o seu ainda está para ser identificada.

"Ele é muito cioso da própria autoridade", diz uma fonte. No governo anterior, compartilhou o poder na área econômica em meio a alterações com os dirigentes do Banco Central. Lamentava-se do fato de não influir diretamente em dois dos três pilares da economia - as políticas monetária e cambial, ambas a cargo do BC.

Paciência foi a chave para a construção de uma agenda que lhe deu prestígio junto a **Lula** e Dilma

Na gestão Dilma, deixou claro que não gosta de ver outros ministros falando publicamente sobre economia nem se intrometendo em sua área, o que, aparentemente, vem sendo respeitado. Acertou também que o então ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, não participaria da gestão econômica, no que foi prontamente atendido pela presidente. E estabeleceu com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, uma convivência pacífica, embora não sem percalços.

Mantega procura preservar o espaço que possui. Em fevereiro, o Valor publicou perfil de Tombini, mostrando sua proximidade da presidente nos dois primeiros meses de governo. O ministro da Fazenda não gostou. Atribuiu a reportagem a uma iniciativa de Tombini e comentou com amigos que Dilma não teria gostado de ver o "excesso de exposição" do presidente do BC na imprensa. O próprio Tombini ficou assustado com a reação de Mantega.

Apesar do episódio, os dois têm boa relação, a ponto de coordenarem ações de governo, como na recente decisão do **Ministério** da Fazenda de elevar o superávit primário das contas públicas em 2011 e, ato contínuo, o BC reduzir a taxa de juros. Mantega se sente tão à vontade que, em abril, chegou a indicar o economista de um banco privado (Nilto Calixto, do Credit Suisse) para ocupar uma diretoria do BC - Calixto declinou da oferta.

Tombini, segundo fontes bem-informadas, compartilha algumas opiniões com Mantega. Acha, por exemplo, que ele está certo quando diz que os fortes fluxos de capitais recebidos pelo Brasil, provocados em grande medida por políticas monetárias expansionistas de economias avançadas, exercem pressão inflacionária no Brasil.

O presidente do BC concordaria, também, com outra tese de Mantega - a de que a realização de um ajuste fiscal não resolve o problema da apreciação da taxa de câmbio. No curto prazo, sustenta o ministro da Fazenda, a melhora das contas públicas até agrava o problema cambial, à medida que torna o país mais sólido e, portanto, atraente para investidores estrangeiros.

Apoiada por Tombini, essa visão era rejeitada por seu antecessor no Banco Central, Henrique Meirelles. Com este, o ministro da Fazenda travou batalhas ferozes. Em mais de uma oportunidade, foi ao presidente **Lula** sugerir a demissão do colega de **Ministério**.

Mantega não foi sempre forte. Ironicamente, tornou-se ministro pela primeira vez por obra do acaso. Em dezembro de 2002, recém-eleito, **Lula** negociava com setores do PMDB a adesão do partido ao governo. Um dos **Ministérios** oferecidos foi o do Planejamento. Na ocasião, Palocci, já escolhido para comandar a Fazenda, chegou a dizer a Mantega que, se **Lula** não o nomeasse ministro, ele teria um cargo em seu **Ministério**. Durante aquela transição de poder, por não ser político, o hoje ministro da Fazenda teve participação modesta.

O acordo com o PMDB fracassou e Mantega assumiu o Planejamento. Dois anos depois, foi nomeado para a presidência do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) e, menos de um ano e meio depois, chegou à Fazenda, que comanda desde março de 2006. Curiosamente, nas transições de governo de 2006 e 2010, seu nome esteve fora das bolsas de aposta. No início deste ano, dentro e fora do governo foi dito que ele ficaria apenas mais seis meses no cargo.

"O Mantega é uma das pessoas mais subestimadas que já passaram pelo poder", define um profundo conhecedor de Brasília.

Quando assumiu a Fazenda, o ministro sabia que a gestão Palocci tinha sido bem sucedida e que o desafio de substituí-lo era imenso. Desde então, Palocci se tornou, para ele, um rival, mais do que isso, uma espécie de fantasma. Aos poucos, Mantega começou a convencer o então presidente **Lula** a fazer uma inflexão na política econômica, considerada por ele extremamente ortodoxa. Teve, desde o início, o apoio de ninguém menos que Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil.

Mantega construiu, pacientemente, uma agenda que lhe deu prestígio junto a **Lula** e Dilma, sem falar no PT. O centro dessa agenda é a ênfase no crescimento econômico, o que explica a forma como ele liderou a primeira grande batalha no governo - a definição, em junho de 2007, da meta de inflação de 2009.

O BC queria reduzi-la para 4,25% ou 4%, mas Mantega impediu que isso ocorresse. A meta foi mantida em 4,5%, percentual que vem se repetindo há sete anos e que prevalecerá pelo menos até 2013, o que faz do **Brasil** um país com uma das maiores metas de inflação do mundo em **desenvolvimento**. Naquele episódio, Mantega mostrou o que queria: crescimento econômico mais rápido, mesmo que às custas de um pouco mais de inflação.

A partir daquele momento, não só o ideário da política econômica começou a mudar, mas também a composição do governo, que, sob a influência do ministro da Fazenda, passou a contar com presença cada vez maior de economistas de corte "desenvolvimentista", em sua maioria formada pela Universidade de Campinas (Unicamp), a Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).

Mantega passou a liderar uma agenda de temas politicamente favoráveis ao governo, dentre os quais, a acumulação de reservas cambiais (iniciada três anos antes pelo BC, mas capitalizada politicamente pelo ministro); a quitação do empréstimo do **Brasil** com o FMI (medida de grande valor simbólico, apesar das críticas feitas por especialistas na ocasião); a adoção de medidas anticíclicas na crise de 2008; a criação de um megaprograma de habitação popular (Minha Casa, Minha Vida); e o aumento da oferta de crédito liderado por bancos estatais ligados ao **Ministério** da Fazenda, como o Banco do **Brasil** e a Caixa Econômica Federal.

"Ele percebeu que, em Brasília, as mudanças têm que ser feitas aos poucos", diz um interlocutor privilegiado do ministro da Fazenda. Mantega, diz esse observador, é muito seguro de si, embora isso não o impeça de, ao anunciar uma medida, reconhecer que ela possa mudar. "Ele costuma dizer nos anúncios que a medida precisa de 'fine tuning' (sintonia fina)."

Mantega nunca antagoniza com a presidente, nem reservadamente. Dá suas opiniões, discorda, mas, quando a decisão é tomada, passa a defendê-la como sendo de sua autoria. "Ele é 'low profile', tem baixa propensão à vaidade excessiva. Isso dá muito equilíbrio a ele, que não tem apego exagerado ao poder", elogia o professor Luiz Gonzaga Belluzzo, da Unicamp.

Por causa desse temperamento, Mantega já sofreu reveses. Perdeu, por exemplo, batalhas na área fiscal durante o governo Lula. Um ex-ministro daquele governo assegura que ele "sempre teve clareza na questão fiscal", embora sua imagem no **mercado** seja a de gastador. Em 2008, ele teve dificuldade para convencer o presidente **Lula** a aumentar, em 0,5 ponto percentual do **PIB**, o superávit primário. No fim, acabou conseguindo. Graças a Mantega, portanto, o setor público gerou, naquele ano, o maior superávit desde 1998 (3,9% do **PIB**).

Contribui para a longevidade de Mantega no poder o fato de ele não ter projeto político próprio, ao contrário, por exemplo, de Palocci e de Meirelles. Ele atua como se fosse um funcionário público de carreira, que devota lealdade canina ao chefe. Costuma dizer que, quando deixar o governo, voltará a dar aulas.

O ministro da Fazenda é uma pessoa reservada. Promove segregação absoluta entre a vida pública e privada. Avisa a todos que conhece que não aceita convites para jantar. Não se trata de charme nem de antipatia, mas de disciplina. Como sai tarde do **Ministério**, em geral por volta das 22h, prefere ir para casa dormir e, assim, acordar cedo para se exercitar fisicamente.

Mantega vive sozinho em Brasília de segunda à sexta-feira, na residência oficial dos ministros da Fazenda, localizada na Península dos Ministros, no Lago Sul, bairro nobre da capital. Nos fins de semana, vai para São Paulo, onde tem residência fixa. Sua vida social na capital do poder é inexistente. E mesmo na capital paulista, prefere dedicar-se à família.

O ministro é um apreciador de artes plásticas. Não perde a oportunidade de visitar museus e galerias nem mesmo durante as viagens a trabalho que faz ao exterior. Gosta também de cinema. Amigos e mesmo desafetos o definem como uma pessoa suave, amável, de fácil convívio. Ele é brincalhão, bem-humorado, mas, assim como a presidente Dilma, impõe uma distância regulamentar aos subordinados. Seus amigos o tratam com zelo, de maneira a preservá-lo como figura principal. "Eu sou o 'sparring' dele", diz Belluzzo, numa referência ao pugilista que ajuda no treinamento do lutador principal.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Embrapa da indústria começa com R\$ 30 milhões Inovação Empresa já firmou três convênio - em SP, no Rio e na Bahia</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### João Villaverde

O governo vai criar, dentro de um mês, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), a grande aposta do governo Dilma Rousseff para fortalecer a indústria brasileira diante da competição com produtos **importados** de alto teor tecnológico. A Embrapii contará, já de partida, com R\$ 30 milhões para emprestar a três institutos de pesquisa já conveniados. O capital da empresa receberá um aporte duas vezes maior no ano que vem, cumprindo a meta traçada pelo **Governo Federal** de destinar R\$ 90 milhões para pesquisa industrial entre o último trimestre deste ano e o fim de 2012.

Largamente baseado no sucesso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em 1973, no auge do milagre econômico, e na alemã Fundação Fraunhofer, a Embrapii, no entanto, não será uma companhia estatal. Diferentemente da Embrapa, que ao longo deste ano consumirá um orçamento de R\$ 1,8 bilhão e conta com 9,2 mil funcionários, a Embrapii terá gestão enxuta e não contará com um corpo de pesquisadores. Funcionará como um "selo certificador" dos institutos habilitados a operar junto à indústria.

De partida, a Embrapii já conta com três institutos conveniados, isto é, habilitados a receber recursos públicos. A partir de outubro, o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), no Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia (Senai-Cimatec), receberão R\$ 10 milhões cada. A meta do governo é atingir 30 institutos até o fim de 2014, o que representará um orçamento total de R\$ 270 milhões a R\$ 300 milhões em três anos.

"O foco do repasse de recursos será a demanda", afirma o ministro Aloizio Mercadante, da Ciência, Tecnologia e Inovação, a pasta que coordena os trabalhos em torno da nova empresa. "A Embrapii fechará um contrato de gestão com o instituto de acordo com a carteira de projetos de inovação coletada junto às fábricas", explica.

O modelo de gestão da Embrapii já está definido. A nova empresa entrará com o equivalente a um terço dos

recursos necessários a cada projeto, e o restante será dividido entre o instituto conveniado e a própria fábrica interessada na inovação. Na semana passada, os técnicos do governo fecharam o Termo de Referência (TR) da companhia, que funcionará como "projeto piloto" nos primeiros 18 meses, período em que o agente operador será a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Isto é, os técnicos do **Ministério** trabalharão com os especialistas da CNI na definição dos institutos que receberão os recursos. Até lá, a Embrapii não vai imobilizar capital - a empresa não terá uma sede até o início de 2013.

"Criamos um novo modelo operacional, que é em si inovador, algo que queremos fomentar na indústria", diz João Fernandes de Oliveira, diretor-presidente do IPT, que falou ao Valor logo após a reunião com técnicos do governo em que se consolidaram os procedimentos iniciais da nova empresa. "Vamos pagar por desempenho, pelo resultado concreto de atendimento que cada instituto desenvolver com a indústria, pelo volume de empresas e capacidade de contrapartida ao Estado", diz Mercadante, "e seria impossível realizar isso tudo com uma estrutura pesada", diz.

Os primeiros três institutos foram selecionados pelo governo por atender às demandas que a partir do mês que vem serão da Embrapii. Segundo Mercadante, no IPT há expertise em modelagem de navios, o INT conta com forte know-how no complexo industrial de petróleo e gás e o Senai-Cimatec conta com laboratórios especializados em automação e logística fabril. "O instituto que oferecer mais, em pessoal, infraestrutura e número de empresas interessadas, receberá mais", afirma o ministro.


Para Rafael Lucchesi, diretor-geral do Senai, a Embrapii vai "começar a alterar" o equilíbrio construído pela equipe econômica do governo entre a política macroeconômica e a política industrial. "A política industrial é subordinada à política macroeconômica, que busca condicionar crescimento e inflação controlada, algo crucial, sem dúvida, mas que tem tirado o fôlego dos incentivos à indústria", avalia Lucchesi, para quem esse desequilíbrio tem levado a um processo de desindustrialização no país. "A Embrapii nasce em momento oportuno, em que ainda é

possível fazer essa virada, e a saída evidente é por meio da inovação".

Os técnicos envolvidos na criação e gestão da nova empresa pública entendem que a Embrapii ocupará o espaço mais sensível para a inovação industrial - o custeio dos

projetos. "Uma empresa que apresentar seu projeto a um instituto conveniado pela Embrapii gastará apenas um terço do que gastaria com seu projeto de inovação, porque todo o resto virá do instituto e do governo", afirma Lucchesi.



	VEÍCULO ASSESSORIA <b>SUFRAMA</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>SUFRAMA comemora decisão do <u>Governo Federal</u> de aumentar Imposto de Importação para produtos fabricados no <u>PIM</u></b>		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Diego Queiroz

A decisão do Conselho de Ministros da Câmara de **Comércio** Exterior (Camex), presidido pelo ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**), em aumentar na última terça-feira (6) o Imposto de **Importação** (II) para sete novos produtos, a partir da inclusão dos mesmos na Lista de Exceção da Tarifa Externa Comum (Letec) do **Mercosul**, foi comemorada pela **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**SUFRAMA**) como uma vitória de grande impacto para o Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**).

Desde o início do ano, equipes técnicas da **SUFRAMA** estiveram participando ativamente, com envolvimento direto da **Superintendente** da autarquia, **Flávia Grosso**, das discussões realizadas em Brasília, no âmbito da Camex, com o objetivo de resguardar os interesses dos produtos fabricados na **Zona Franca** de **Manaus** na luta contra as **importações** e buscar a manutenção e ampliação de investimentos no **PIM**. A autarquia contou no processo com o apoio fundamental de órgãos como a Secretaria de **Desenvolvimento** da **Produção** (SDP), do **MDIC**, e entidades como a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicycletas e Similares (Abraciclo) e Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletrós).

Dos sete produtos incluídos na lista, cinco são fabricados no **PIM** e devem ter ganho de produtividade e competitividade com a medida: pneus de borracha para utilização em bicicletas, cujo Imposto de **Importação** passou de 16% para 35%; aparelhos de ar-condicionado do tipo split-system, que teve o Imposto de **Importação** aumentado de 18% para 35%; partes referentes a unidades condensadoras ou evaporadoras para fabricação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split-system, com aumento na tributação de 14% para 25%; bicicletas, cujo imposto foi elevado de 20% para 35%; e barcos a motor referentes a embarcações de esporte e recreio, com aumento do II de 20% para 35%.

A justificativa do **Governo Federal** para as alterações tarifárias foi o aumento das **importações**, que estariam reduzindo a competitividade da indústria nacional. Para possibilitar a inclusão dos novos produtos, seis tiveram que ser retirados da Lista de Exceção da TEC. O **Brasil** está

autorizado a manter 100 códigos em sua lista até 31 de dezembro de 2015.

De acordo com a **Superintendente Flávia Grosso**, as articulações técnicas e políticas da autarquia tiveram o resultado esperado em prol do fortalecimento dos setores produtivos do **PIM**. “Estamos sempre atentos e ativos na luta para resguardar os interesses do **PIM**. O resultado desta Revisão da TEC comprova que, com o apoio governamental e de parceiros **importantes**, como o senador Eduardo Braga, conseguimos emplacar argumentos e indicadores que contribuíram para que nas discussões não houvesse indeferimento aos pleitos de nosso interesse. A ação política também foi e será sempre fundamental para que não haja reversão do que é emanado nos grupos de trabalho e podemos afirmar que, nesta revisão, a **SUFRAMA** participou amplamente dos dois processos”, afirmou a **Superintendente**.


Ela destacou ainda que a decisão do **MDIC** contribuiu para assegurar novos postos de trabalho no **PIM**, principalmente em setores em franco crescimento e com grande potencial de geração de empregos, como é o caso das fabricantes de condicionadores de ar do tipo split-system, de bicicletas e da indústria naval.

No período de janeiro a julho de 2011, a **produção** de splits no polo amazense atingiu 361.917 unidades e cresceu 182,63 % em relação ao mesmo período do ano passado, no entanto, quem mais se beneficiou do **mercado** foram os produtos **importados**, que, segundo levantamentos realizados pela **SUFRAMA**, estariam entrando no país com incentivos fiscais oferecidos por alguns estados brasileiros e sendo vendidos a preços bastante inferiores ao do produto nacional. “Os fabricantes de split empregam hoje mais de seis mil trabalhadores em **Manaus** e concentram cerca de R\$ 600 milhões em investimentos. Além disso, existem ainda aproximadamente 20 empresas fabricantes de componentes, que geram mais de dois mil empregos diretamente em atividades relacionadas a este segmento industrial. Esses números só tendem a aumentar nos próximos meses com o fortalecimento do setor”, acrescentou **Flávia Grosso**.

Outro produto fabricado no **PIM** que também deverá ser beneficiado com o aumento do Imposto de **Importação** são

as bicicletas, que vêm apresentando neste ano incremento acentuado na **produção**, mas que de igual forma vinham sofrendo com a concorrência desleal dos similares **importados**. Nesse caso, tanto o bem final quanto um dos seus principais componentes – os pneumáticos para bicicletas, cuja **produção** em **Manaus** é a única do país – devem ter ganho de competitividade, fortalecendo a cadeia produtiva **regional**. É válido destacar ainda que a bicicleta, produto tratado de forma destacada pelo Programa **Brasil Maior**, do **Governo Federal**, conta com estudos em andamento no âmbito do

**Ministério** da Fazenda para elevação também do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). “Caso se concretize, tal medida ampliaria ainda mais a competitividade da bicicleta fabricada no **PIM**, uma vez que as empresas instaladas na **Zona Franca** de **Manaus** são isentas do pagamento de IPI, mas as bicicletas **importadas** teriam que arcar com tarifação maior desse imposto no momento da entrada no país”, ressaltou **Flávia Grosso**.

	VEÍCULO <b>ASSESSORIA <u>MDIC</u></b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Setembro acumula superávit de US\$ 1,3 bilhão</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### No ano, saldo comercial está positivo em US\$ 21,279 bilhões

Brasília (12 de setembro) – Com seis dias úteis, a balança comercial da primeira quinzena de setembro fechou com superávit (diferença entre as **exportações** e **importações**) de US\$ 1,319 bilhão e média diária de US\$ 219 milhões. As **exportações** foram de US\$ 6,832 bilhões (média diária de US\$ 1,138 bilhão) e as **importações** de US\$ 5,513 bilhões (média de US\$ 918 milhões), resultando em uma corrente de **comércio** (soma das duas operações) de US\$ 12,345 bilhões (média de US\$ 2 bilhões) no período.

A primeira semana do mês (1º a 4) teve **exportações** de US\$ 2,114 bilhões (média de US\$ 1,057 bilhão) e **importações** de US\$ 1,798 bilhão (média de US\$ 899 milhões). A corrente de **comércio** chegou a US\$ 3,912 bilhões (média de US\$ 1,956 bilhão) e o superávit a US\$ 316 milhões (média de US\$ 158 milhões).

Na segunda semana (5 a 11), o superávit foi de US\$ 1 bilhão (média de US\$ 250 milhões), enquanto a corrente de **comércio** alcançou US\$ 8,433 bilhões (média de US\$ 2,108 bilhões). As **exportações** somaram US\$ 4,718 bilhões (média de US\$ 1,179 bilhão) e as **importações**, US\$ 3,715 bilhões (média de US\$ 928 milhões).

### Ano

No acumulado do ano (174 dias úteis), o saldo comercial foi positivo em US\$ 21,279 bilhões, com média diária de US\$ 122 milhões, resultado 78,6% maior que o registrado no mesmo período do ano passado. A corrente de **comércio**, US\$ 325,813 bilhões (média de US\$ 1,872 bilhão), também foi maior - 29,5% frente ao mesmo período de 2010.

Pelo mesmo critério e período de comparação, as **exportações** cresceram 31,7%, chegando a US\$ 173,546 bilhões (média de US\$ 997 milhões) de janeiro à segunda semana de setembro. Nas **importações**, o aumento foi de 27%, tendo as compras internacionais alcançado US\$ 152,267 bilhões (média de US\$ 875 milhões) no período analisado.

Às 15h, o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** divulga o resultado detalhado da balança comercial das duas primeiras semanas de setembro.



VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO <b>Legislação comercial brasileira será blindada</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo brasileiro pretende revisar a legislação da defesa comercial para blindar a indústria nacional contra o **comércio** desleal. De acordo com a secretária de **Comércio Exterior** do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Tatiana Prazeres, a legislação, que tem mais de 15 anos, não atende à atual posição brasileira

de economia emergente, que tem sido alvo de empresas de todo o mundo. Além da revisão da norma de defesa comercial, o **MDIC** trabalha internamente para viabilizar o concurso público que vai contratar 120 novos investigadores para o órgão. Desde o dia 29 de agosto, a Secretaria de **Comércio Exterior (Secex)** abriu consulta pública para colher sugestões para a norma. (Agência Brasil)



VEÍCULO <b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b>	EDITORIA	
TÍTULO <b>“A nova conjuntura nacional, regional, e internacional - desafios para o modelo Zona Franca de Manaus”</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Acontece no próximo dia 15 de setembro, o seminário “A nova conjuntura nacional, regional, e internacional - desafios para o modelo Zona Franca de Manaus”. O evento é realizado pela PanAmazônia e Fundação de Defesa da Biosfera – FDB (ex-Fundação Djalma Batista), no Auditório da Ciência, no INPA.

O objetivo do evento é promover, no âmbito da sociedade civil organizada, um debate franco e objetivo sobre os graves desafios impostos à Zona Franca de Manaus pelas novas tendências e forças da economia global, que impactam no cenário regional e nacional.

A economia do Amazonas é totalmente dependente do modelo Zona Franca de Manaus. A curto prazo, temos de defender esse modelo com todas nossas forças, mas a médio e longo prazos, temos de ter alternativas viáveis e estratégias para levar o Amazonas a uma nova fase de seu desenvolvimento econômico, com mais maturidade, independência, sustentabilidade e justiça social.

O seminário se inicia às 09:00h e encerra às 17:00h, e os debates serão organizados em quatro mesas, a saber: Mesa 1 – Panorama internacional, regional e nacional, e implicações para o modelo Zona Franca de Manaus; Mesa 2 – Logística e peculiaridades regionais e suas implicações para a economia do Amazonas; Mesa 3 – Os desafios para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e as implicações para o futuro da economia do Amazonas; Mesa 4 – Integração regional e perspectivas para a economia do Amazonas e para o modelo Zona Franca de Manaus.

Estão confirmados os seguintes palestrantes e debatedores: Professor Rodemarck Castelo Branco, Economista; Dr. Antonio Silva, Presidente da FIEAM; Dr. Vicente Filisola, Presidente da Força Sindical / AM; Professor José Seráfico: Diretor da FDB (Conselheiro da PanAmazônia); Dr. Gaitano Antonaccio, Presidente da ACA; Dr. Wilson Périco – Presidente do CIEAM; Dr. Marcelo Lima Filho – Secretário de Planejamento do Amazonas; Coordenador: Dr. Estevão Monteiro de Paula, INPA; Professora Dra. Marilene Corrêa, UFAM (Conselheira da PanAmazônia); Professor Dr. Niomar Pimenta, FUCAPI (Conselheiro da PanAmazônia); Professor Dr. Valdecir Simões, Reitor do CIESA (Associado da PanAmazônia); Professor Dr. Antonio Geraldo Harb, UNINORTE; Dr. Adriano Premebida, FDB; Dr. César de Las Casas, Cônsul do Peru em Manaus; Professor Dr. Marcelo Seráfico, UFAM; Dr. Denis Minev, BEMOL / FOGAS (Associado da PanAmazônia).

Sobre a PanAmazônia, esclareço que se trata de uma Associação sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária que tem como missão promover o ideal da integração e o conagraçamento dos povos da Amazônia continental (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, e Venezuela), assim como defender os espaços amazônicos para os amazônidas e promover o resgate e a valorização da cultura cabocla amazônica.

O DESTINO DA AMAZÔNIA TEM DE PARA DE SER DECIDIDO NOS GABINETES DE BRASÍLIA E PASSAR A SER TRAÇADO POR NÓS, AMAZÔNIDAS.